

O SINPRO/RS E OS NOVOS RUMOS DA CONJUNTURA

Conjuntura internacional

As eleições legislativas nos Estados Unidos da América, na metade do mandato do Presidente Bush, mediram sua popularidade, e o Partido Republicano perdeu o controle do Congresso que, com pequena interrupção, detinha desde 1994. Bush sofreu um duro revés. O apoio do povo americano à guerra no Iraque diminuiu continuamente. Kofi Annan, ex-secretário da ONU, chegou a afirmar que a situação para os iraquianos comuns ficou pior do que no tempo de Saddam Hussein, pois sem segurança não se pode nem restabelecer a ordem nem reconstruir o país. A situação do Oriente Médio agrava-se devido aos conflitos no Líbano e às tensões com o Irã, assim como a repressão do Estado de Israel contra o povo palestino. O unilateralismo da administração de Bush paralisa em boa parte os esforços do mundo para a construção da paz.

Na América Latina, as últimas eleições presidenciais confirmam um momento singular: a reeleição de Lula, a volta de Daniel Ortega na Nicarágua, a vitória de Rafael Correa no Equador e a ampla vitória de Chávez definiram o novo contexto político da região. No México, só a fraude impediu a eleição do candidato Manuel Obrador. Elas expressam a força social de quem quer mudanças não só no campo socioeconômico, mas também no plano político. A concentração da riqueza e do poder contrapõe-se à mobilização de diversos setores da sociedade que lutam por mais justiça na redistribuição das riquezas e por maior participação nas decisões que definem o seu futuro. Cresce e se consolida a resistência à invasão geral do mercado. Uma onda do tipo social-democrata e reformista atravessa a região. As lutas pelas transformações podem seguir caminhos distintos e revestir formas práticas diversas, mas são convergentes na procura de maior autonomia e mais soberania na relação com os EUA. Em todas essas eleições, assistimos a uma polarização da sociedade entre o projeto neoliberal e a sua rejeição, sem que essa se traduza, ainda, em um projeto alternativo, mas com controles ao mercado.

Enfim, constata-se um sopro de identidade de povos originários, latinos, negros e mestiços que buscam uma nova forma de integração continental, autônoma e a partir das bases populares, deixando isolados México, Peru e Colômbia que, junto com outros países de menor peso político, se movem como satélites na órbita dos EUA. No entanto, os imperativos econômicos exigem o entendimento continental. Tanto os presidentes eleitos como a Casa Branca se declararam dispostos a buscar novas perspectivas de cooperação comercial. Até Raul Castro, sucessor de Fidel Castro, no governo cubano, fez um tímido apelo ao diálogo para normalizar as relações da Ilha com os EUA. A crescente liderança de Hugo Chávez nesta onda renovadora incomoda Bush, que pressiona o Brasil de Lula para assumir um papel moderador nesse processo.

No Brasil, por sua vez, a mídia tem publicado artigos dizendo que, para haver maior crescimento econômico é preciso mudar a política externa, buscando maior aproximação com os EUA e com a União Européia, retomando as negociações da ALCA e reorientando as exportações e importações. Ou seja, em lugar de privilegiar as relações Sul-Sul, retornar ao antigo eixo Norte-Sul, conforme a lógica da dependência dos países periféricos no sistema econômico mundial.

Tal mudança, bem a gosto dos setores importadores de produtos de luxo produzidos nos países mais avançados, interromperia uma política externa brasileira de grande

alcance antes que seus frutos pudessem ser colhidos. A prioridade atribuída às exportações como determinantes da política externa levou o Ministro Celso Amorim a semear com perseverança e determinação boas relações internacionais com novos parceiros, dando prioridade à integração latino-americana pelo Mercosul, à qual podem vir a se juntar a Bolívia, o Equador e até mesmo o Chile. Sua política externa fortaleceu laços com os países emergentes (Índia, China e África do Sul em particular) e reforçou o papel do Brasil como um dos líderes do “Sul” nas negociações da OMC, por meio do G-20, para redesenhar o mapa do comércio mundial. Os mercados da Ásia oferecem grandes possibilidades de ampliação comercial. As parcerias com os países africanos e árabes também continuarão prioritárias.

Ao priorizar essas novas relações, porém, o Brasil não pode descartar a aproximação comercial com os EUA, a UE e o Japão, principais mercados mundiais, tendo em vista o fortalecimento das exportações. Como todos os principais atores políticos e econômicos no mercado mundial, o Brasil segue uma política de “geometria variável”, ou seja, uma política flexível e pragmática, que se adapta em função dos seus interesses específicos e de suas capacidades. Tudo indica que Lula saberá resistir às pressões e manter a mesma política externa, que, apesar das inevitáveis concessões aos interesses dos EUA, foi um dos pontos mais positivos de seu primeiro governo.

Conjuntura nacional

As últimas eleições brasileiras revelaram alguns fatos novos que merecem reflexão. Entre eles, merecem destaque três grandes tópicos: a influência política da mídia, o aprendizado político popular e a blindagem da economia.

Primeiramente, analisamos a mídia que voltou a posicionar-se durante a campanha eleitoral como fazia antes de 2002 – quando manteve certa isenção diante das candidaturas em nível presidencial. Com exceção da *Carta Capital* na imprensa de grande circulação nacional, os demais veículos mostram a realidade pela ótica dos seus donos, isto é, de quem detém o capital. Assim, o noticiário sobre a campanha eleitoral teve como foco a denúncia de corrupção na compra do dossiê contra Serra. As diferenças de propostas políticas entre Lula e Alckmin praticamente não foram realçadas. Ao contrário, quando os movimentos sociais conseguiram colocar em pauta o tema das privatizações, foi Alckmin quem apareceu em destaque como defensor das empresas estatais, embora continuasse a defender o enxugamento da máquina do Estado. A novidade, contudo, é que a grande mídia não conseguiu mudar a visão do eleitorado, principalmente o de baixa renda, que, mesmo não entendendo os meandros das investigações sobre a corrupção, ao votar, não se deixou levar pela massiva campanha acusatória amplamente veiculada na mídia.

Em relação ao segundo tópico, o eleitorado de baixa renda votou maciçamente em Lula, por ser o candidato com o qual se identificava ou que lhe prometia melhores condições econômicas. Mas não há concordância entre analistas quando a questão é o amadurecimento político do eleitorado. O primeiro governo Lula deu relevância aos pobres no cenário social e político, pois foram melhor atendidos nas suas necessidades básicas. Os excluídos do mercado foram assistidos na agenda da política social pelo programa Bolsa-Família. Falta ainda uma política efetiva de inclusão social. E o mais importante: o aumento real do salário-mínimo e a conseqüente elevação do piso dos benefícios do INSS representaram uma efetiva redistribuição de renda. Por isso, a votação em Lula pode ter sido tão pragmática quanto foi a de FHC em 1998, para manter os preços sem inflação. Se alguns fatos

indicam amadurecimento político, como a eleição de Lula, a rejeição de Roseana Sarney no Maranhão e o desmanche do “carlismo” na Bahia, outros fatos apontam na direção contrária, principalmente nas eleições para o Congresso Nacional.

Os movimentos sociais que haviam se afastado do governo Lula pela avaliação de uma submissão deste ao capital financeiro, voltaram a apoiar sua campanha no segundo turno. O amadurecimento político do eleitorado poderá levar os movimentos sociais a influir na orientação do governo Lula, evitando que esse se apóie unicamente nos partidos com votos no Congresso.

A política macroeconômica não foi objeto de debate na campanha eleitoral, seguindo o preceito neoliberal que a define como questão técnica e não política. Embora os setores mais à esquerda quisessem levantar a discussão, não encontraram eco junto aos candidatos à presidência. Os porta-vozes do capital financeiro exibiam sua tranqüilidade ante os dois candidatos, cuja eleição era para eles indiferente, já que ambos seguiam sua orientação.

De fato, iniciando-se o período de formação do novo governo, o debate entre os “monetaristas” e os “desenvolvimentistas” tem preservado o Banco Central e a sua política de juros altos. O Brasil continua sendo um paraíso financeiro, pagando os juros mais altos e seguros do mundo a quem especular com os títulos de uma dívida pública cuja legitimidade nunca foi aferida por uma auditoria. O debate é sobre a possibilidade de o PIB brasileiro crescer 5% ao ano, sem provocar inflação. Para os “monetaristas”, o equilíbrio fiscal não pode ser comprometido; assim, o crescimento só será possível com a diminuição dos gastos públicos (corte nos programas sociais, reforma da Previdência e enxugamento das despesas com pessoal são as medidas mais ventiladas para obter o déficit nominal zero). Para os “desenvolvimentistas”, os investimentos devem vir do setor privado, e o governo colaborará baixando os juros, facilitando financiamentos do BNDES e, é claro, fazendo as reformas da previdência, trabalhista e tributária. Existem evidentes diferenças entre as propostas, mas dificilmente a política macroeconômica será mudada. Ou seja, continuaremos fazendo de tudo para aumentar as exportações, o que significa ampliar as áreas de risco ecológico como o agronegócio, a mineração e a siderurgia.

Se a economia mundial continuar crescendo como cresceu nos três últimos anos, os “desenvolvimentistas” terão alguma possibilidade de êxito. Se não crescer, os “monetaristas” terão a última palavra. Para isto, o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – representa um passo importante na direção desse novo modelo, embora ainda tímido. Tem o objetivo de superar os enormes déficits habitacionais e de saneamento básico e de investir em infra-estrutura necessária para alavancar o crescimento. Tem o mérito de inverter a lógica neoliberal, retomando o papel do Estado como indutor do crescimento do país, estabelecendo metas de investimento público, de organização e direcionamento dos investimentos de estatais e de adoção de medidas para atrair e direcionar os investimentos privados.

É de se ressaltar, ainda, outros aspectos da conjuntura nacional neste último período. A eleição de Lula gerou a expectativa de que se abriria uma conjuntura favorável à alteração da estrutura sindical através de uma reforma que ampliasse os direitos à livre organização da classe trabalhadora e à negociação coletiva.

O debate sobre o “sistema” como um todo era necessário, e a intenção era fazê-lo no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). No entanto, a tentativa de fazer todas as alterações por meio de uma mesma iniciativa (uma PEC e seu PL contendo todos os temas) se mostrou com pouca adesão sindical. Primeiramente,

porque as contribuições compulsórias estão arraigadas à elite sindical sem representatividade em nosso país; em segundo lugar, porque a ofensiva do patronato e do sindicalismo cartorial aliado ao esquerdismo resultou em uma contraproposta que retrocedia nos aspectos mais atrasados da atual estrutura sindical.

No que diz respeito à organização social, uma importante iniciativa foi a construção da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), integrada pela CUT, UNE, MST, entre outros movimentos populares. O objetivo central é construir mobilizações unitárias para mudar os rumos do país, iniciativa com resultados limitados. A CMS ainda prescinde de enraizamento local, e as mobilizações, embora muitas vezes unitárias, geralmente estão vinculadas às agendas tradicionais de cada um dos movimentos que a compõem.

Conjuntura estadual

No plano estadual, o governo de Yeda Crusius tenta estender o tamanho da crise, quando na verdade os indicadores econômicos mostram uma recuperação da economia no Rio Grande do Sul. Tentou com este discurso iniciar seu governo com um tarifaço nos gaúchos, do qual saiu derrotada na Assembléia Legislativa. Contudo, tenta retomar esta idéia de aumentar os impostos. Para tentar resolver o problema de caixa do Estado, anuncia a venda de ações do BANRISUL, abrindo o caminho para uma futura privatização. Por outro lado, pouco faz para atacar a falta de fiscalização e rever os grandes benefícios fiscais concedidos a grandes empresas. Anuncia a renovação antecipada dos contratos das concessionárias das rodovias pedagiadas, mas ao mesmo tempo não repassa os recursos devidos aos municípios (como no caso do transporte escolar), ou mesmo as dívidas em relação aos convênios, como no caso da UERGS, deixando as instituições que prestaram serviços com rombos orçamentários, casos da FUNDARTE e da Fundação Liberato, em que a dívida chega a um milhão de reais.

A Universidade Estadual, por sua vez, está estagnada à espera de concursos para professores, para dar continuidade à sua vida acadêmica. Não se concede nenhum tipo de reajuste aos servidores públicos, nem condições mínimas de trabalho: faltam professores, servidores e até o pagamento do salário em dia.

Com relação ao conjunto dos trabalhadores gaúchos, não faltam evidências de descompromisso, expressas nas discussões do piso regional que nem de longe vem acompanhando a política de aumento real do salário mínimo em nível nacional.

PLANO DE LUTAS

O 8º CEPEP propõe uma plataforma democrática da classe trabalhadora, que deve contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

- a.** A urgência de um novo padrão de gestão macro-econômica: política agressiva de acumulação de reservas e introdução de mecanismos de controle de capitais; redução dos juros e apontar para o fim do superávit primário; iniciativa no combate a renúncia fiscal e a guerra fiscal e recuperação do papel do planejamento e da regulação para um crescimento harmonioso das diversas regiões do país; mudança no caráter indireto e regressivo do sistema tributário.
- b.** Acionamento de um conjunto de políticas pró-desenvolvimento, fundadas nos princípios da sustentabilidade e distribuição de renda: financiamento público para o investimento produtivo e planejado; aumento do orçamento das políticas sociais; valorização do salário mínimo através de projeto de lei e estímulo de maiores pisos regionais nos Estados; desenvolvimento de políticas de inclusão

social, preferencialmente através de oferta de geração de trabalho e renda (ex. *Redução da Jornada*, ampliação do apoio e fomento à economia solidária, etc.); ampliação dos recursos destinados à reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar e cooperativada; luta contra o latifúndio improdutivo; pela mudança do índice de produtividade que define as terras passíveis de reforma agrária; contra a estratégia de dominação do capital multinacional que busca impor a dominação do agronegócio e os transgênicos; ampliação das políticas públicas nas áreas de infra-estrutura, saneamento e habitação, com ênfase na geração de emprego; políticas de créditos, financiamento e subsídio para a formação de cooperativas de pequenos produtores rurais e de micro e pequenos empresários urbanos. Criação da extensão empresarial e da cooperação de redes de pequenos empresários; regulação e controle sobre grandes empreendimentos, em defesa dos pequenos comerciantes e serviços.

c. Fiscalização ostensiva à escravidão, ao trabalho infantil e à repressão a qualquer forma de burlar os direitos dos trabalhadores, como as cooperativas fraudulentas.

d. Democracia participativa e mobilização popular: adoção sistemática dos mecanismos já previstos na constituição como o plebiscito e o referendo; estímulo e fortalecimento dos Conselhos setoriais em todas as esferas administrativas, visando ampliar a participação e o controle popular sobre as políticas públicas; democratização e acesso das entidades populares, sindicais e associativas aos meios de comunicação, através de concessões de canais de rádio e TV a essas entidades e associações comunitárias;

e. Política externa soberana e articulada na América Latina: enfrentamento da ordem excludente e unilateral imposta pelo imperialismo estadunidense; trabalhar para o fortalecimento do bloco sul-americano, avançando no sentido da maior integração com a moeda, parlamento e integração das condições de trabalho e previdência;

f. Construção de um programa de montagem de uma nova estrutura do Estado brasileiro, no sentido oposto ao neoliberal, que coloque na agenda a luta por novas condições estratégicas de disputa.

g. Regulamentação do ensino privado, enfatizando o ensino como bem público concessão do estado, agindo principalmente em relação à Educação Superior, Educação à Distância, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Cursos Livres, de forma a enquadrar a ação da livre iniciativa numa normatização que pressuponha um maior controle do Estado e uma regulação nacional que não encare a educação como mera mercadoria.

h. Em relação ao meio ambiente, o Sinpro/RS externa sua preocupação com a proteção da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas. Para isso, deve pressionar o governo federal junto ao Ministério do Meio Ambiente a partir dos seguintes pontos: a implementação de projetos de recuperação das nascentes, mananciais e matas ciliares; o fortalecimento e a aplicação de programas de desenvolvimento de agro ecologia, micro bacias, diversificação da produção, construção de cisternas, exploração sustentável das várzeas, resgate de sementes crioulas e agro florestas; a criação de fundos específicos nas diferentes esferas de governo(municipal, estadual e federal), para financiar estes programas de proteção e recuperação do meio ambiente; a implementação de projetos de manejo e exploração sustentável das matas. Destaque para que o Estado controle a produção de pinus e eucaliptos, espécies exóticas que exigem enorme consumo

de água, tanto na produção como na comercialização, bem como contrário ao reflorestamento com plantas exóticas em áreas de biomas de campos e cerrados.

i. Apoio à luta pela reforma agrária, que sintetiza a aspiração e a luta por um novo padrão de desenvolvimento do meio rural, integrado a projetos nacionais soberanos capazes de democratizar, além da terra, o poder e a renda.

j. Defesa da universalização do acesso aos direitos fundamentais, da valorização dos conhecimentos e das culturas tradicionais, da garantia à segurança e da soberania alimentar, da promoção da igualdade de gêneros, de raças e etnias, e da preservação ambiental.

l. O SINPRO/RS acredita firmemente que a distribuição de renda, combinada com pesados investimentos em educação de qualidade, é o grande inibidor de crises sociais que desde sempre existiram no Brasil, e que teve nos últimos anos exemplos de violência explícita, tais como o crime organizado nos grandes centros urbanos. A mercantilização da educação nos últimos anos tem tomado dimensões inaceitáveis, cuja característica principal tem sido a falta de qualidade nas formas de oferta, a facilitação do acesso e a certificação, em muitos casos, sem critérios pedagógicos e sem nenhuma responsabilidade social. Esta situação empobrece a formação humana; portanto, o Sindicato deve empenhar-se para que o MEC (órgão responsável pela educação nacional) constitua instâncias regionais de regulamentação e fiscalização das instituições educacionais, bem como estabeleça critérios mais rigorosos de controle no credenciamento e reconhecimento dessas instituições.